

CONFORME O DISPOSTO NA FICHA DE INSCRIÇÃO, EXPLÍCITE:

- a) Área de inscrição: Educação
- b) Modalidade de pesquisa: Cartográfica
- c) Trabalho a ser apresentado de acordo com:
 - Área: Educação
 - Tema/modalidade de pesquisa: Cartográfica

“DEIXEM NOSSAS CRIANÇAS EM PAZ!”: O PÂNICO MORAL EM INSTITUIÇÕES ESCOLARES

José Francisco Bertolo e Ana Paula Leivar Brancaleoni

*UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
E-mails [tudosobrexicao@gmail.com; anapaulabrancaleoni@gmail.com]*

Resumo

Sexualidade e gênero vêm sendo usados para instaurar o medo coletivo em uma população já assustada. Sob a justificativa de proteger as crianças, ações discriminatórias vêm crescendo nas escolas, um ambiente propício à diversidade e um espaço de reprodução de preconceitos. Este trabalho acompanha as tentativas de instaurar uma pesquisa sobre sexualidade e gênero com vistas à promoção do respeito ao diverso em escolas de uma pequena cidade do interior do Estado de São Paulo. Adotou-se uma abordagem qualitativa, de cunho cartográfico, tendo como instrumentos de coleta de dados a observação participante registrada em diário de bordo. Constatou-se que a discussão desse tema causava pânico moral nos gestores da administração municipal e educacional acerca das possíveis consequências que uma pesquisa como essa teria na cidade. Ao longo dos diálogos, perceberam-se ideias estereotipadas que foram sendo desconstruídas.

Palavras-chave: Educação Sexual. Sexualidade e Gênero. Escolas. Pânico Moral.

Abstract

Sexuality and gender have been used to instill collective fear in an already frightened population. Under the justification of protecting children, discriminatory actions have been growing in schools, an environment conducive to diversity and a space of reproduction of prejudices. This work accompanies the attempts to establish a research on sexuality and gender with a view to promoting respect for diversity in schools in a small city in the interior of the State of São Paulo. A qualitative, cartographic approach was adopted, with the participant observation recorded in logbook as instruments of data collection. It was found that the discussion of this topic caused moral panic in the managers of the municipal administration and educational about the possible consequences that a research like this would have in the city. Throughout the dialogues, we perceived stereotyped ideas that were being deconstructed.

Keywords: Sexual Education. Sexuality and Gender. Schools. Moral Panic.

“Deixem nossas crianças em paz!”

Estas parecem ser as palavras de ordem quando o assunto é a “defesa da tradicional família brasileira”. Vez por outra, nos noticiários, surgem grupos preocupados com uma suposta corrupção da infância. Seja a exposição *QueerMuseu – Cartografia da Diferença na Arte Brasileira* em Porto Alegre, a apresentação do artista Wagner Schwartz no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM), a exposição *Histórias da Sexualidade* montada no Museu de Arte de São Paulo (MASP), a palestra da filósofa americana Judith Butler no SESC, os videoclipes de Pablo Vittar. A lista é infindável, assim como os ataques orquestrados, sempre sob a mesma bandeira: “Deixem nossas crianças em paz!”.

O que se alega é que estes casos acima mencionados e outros estariam contribuindo para destruir a pureza das crianças ameaçando a infância. Aponta-se que a família está sendo atacada e que a moralidade brasileira está deteriorando. E tudo isso atrelado ao delicado momento político que o Brasil enfrenta.

Cidades têm criado leis que proíbem assuntos “ímorais” em espaços públicos. Por imoralidade entende-se qualquer tema ligado à sexualidade e ao gênero. Estes são usados para instaurar o medo coletivo. Parece que falar sobre sexo irá destruir uma suposta pureza e inocência existentes na infância. Logo, não se pode falar de sexo. É preciso limitar os espaços em que se falará de sexo e a escola não parece ser um desses locais.

1.1 Construindo uma pesquisa qualitativa

O presente trabalho¹ acompanha, a partir de uma incursão cartográfica, as tentativas de instaurar uma pesquisa com vistas à promoção do respeito à diversidade e sexual e de gênero a ser desenvolvida com adolescentes em duas escolas públicas, uma municipal e outra estadual, de um município de pequeno porte do Interior de São Paulo.

Para tal, adotamos uma abordagem qualitativa de cunho cartográfico, apresentada por Gilles Deleuze e Félix Guattari, por esta permitir o acompanhamento de percursos, implicação em processos de produção, conexão de redes ou rizomas.

¹ Este capítulo é um recorte da pesquisa de mestrado desenvolvida para o Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos na UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Quando propusemos trabalhar com diversidades sexuais e de gênero, fez-se necessário compreender que atuaríamos diretamente sobre o território a ser investigado. Justamente por isso, não sabíamos de antemão os efeitos e os caminhos a serem percorridos. A pesquisa ganhou corpo no impacto dos encontros gerados, nas camadas criadas à medida que avançamos nesse território. E esses avanços produziram efeitos nos dois lados da pesquisa: pesquisador e objeto pesquisado, uma vez que nós, pesquisadores, também fomos afetados e nos tornamos objeto (PASSOS et al, 2015, p. 17,18).

Dentro do método cartográfico, há uma prática preciosa chamada diário de bordo ou notas de campo (NC), isto é, um registro que colabora “na produção de dados de uma pesquisa e têm a função de transformar observações e frases captadas na experiência de campo em conhecimento e modos de fazer” (PASSOS et al, 2014, p.70). Nele, são feitos relatos após as realizações das atividades, reunindo informações objetivas e as impressões surgidas na atuação do pesquisador.

No presente trabalho, serão analisados especialmente os registros de diário de campo referentes às reuniões e contatos com representantes do Poder Público Local e gestão educacional que tiveram por intuito apresentar a pesquisa e obter a autorização para a realização da mesma.

Seguindo o método cartográfico, a análise de dados se deu a partir da análise do processo de pesquisa empreendido. O acompanhamento de tais processos dependia de uma atitude, de um *ethos*, que não estava garantida de antemão. Para Barros e Barros (2013, p. 376), “análise implica atitude [...] se faz por problematização e tem dimensão participativa”.

Essa análise não implicou nenhum procedimento analítico específico, pois não é valer-se de um procedimento que definiria a atitude analítica. “O que orienta o desenvolvimento da análise é o próprio problema, que passa por modulações ao longo do processo de pesquisa” (BARROS; BARROS, 2013, p. 378).

1.2 Trilhando os territórios

A pesquisa que tentávamos desenvolver nas escolas tinha por objetivo analisar as concepções prévias dos estudantes sobre sexualidade e gênero por meio de uma produção de texto inicial. A partir deste texto, veicular filmes com esta temática e compreender como os

estudantes se apropriariam dessas produções audiovisuais para, por fim, observar, através de grupos de discussões realizados após a veiculação dos filmes e da produção textual dos alunos, os novos sentidos atribuídos à sexualidade e ao gênero, assim como os resultados do processo na transformação de preconceitos e estereótipos e na promoção do respeito ao diverso.

Como a pesquisa envolvia adolescentes, precisávamos de uma série de assinaturas para conseguir desenvolver o processo. A incursão cartográfica iniciou-se a partir do momento em que nos colocamos na situação de construir os elementos para a viabilização da pesquisa. A primeira etapa do desenvolvimento foi o contato com as instâncias educativas, os agentes públicos e as escolas para que fosse permitida a coleta de dados com os alunos. Assim, fui² inicialmente à escola municipal conversar com Vivien³, a então diretora.

A diretora oficial da escola, Betty, havia se afastado do cargo para assumir a Secretaria Municipal de Educação. A diretora que estava comandando a escola naquela ocasião provavelmente não estaria ali no próximo ano; Betty reassumiria seu posto. Como a pesquisa só seria realizada no ano seguinte, Vivien achou melhor conversar com a Secretária primeiro antes assinar.

Enquanto aguardava ser atendido pela Secretária, entrei na sala da Supervisora Municipal de Ensino, Ava. Uma curiosidade é que Ava seria a próxima Secretária Municipal de Educação. Diante do tema, ela se mostrou bastante animada. Ava sempre tivera uma mente muito aberta e disposta a tentar o novo. Sempre enfatizava as relações afetivas entre professor e aluno. “Se eles gostarem de você, você consegue tudo”, dizia-me ela.

Na sequência, fui atendido por uma Betty bastante solícita. Garantiu que não teria problema algum em desenvolver a pesquisa. Mas, como já havia passado do expediente, Vivien se comprometeu a assinar no dia seguinte. Porém, no outro dia, a situação mudou. Sem a assinatura no documento, Betty afirmou que teria problemas e elencou os motivos pelos quais eles aconteceriam:

Então, me explicou que, quando estava conduzindo o Plano Municipal de Educação (PME), um grupo formado por pastores e pelo padre local a procurou para garantir que a discussão de diversidade sexual e de gênero não fosse colocada no PME. (NC 04/11/16)

² O trabalho de campo foi desenvolvido por um dos autores.

³ Os nomes foram alterados.

O problema envolvendo a elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) não foi restrito àquela cidade. Em meados da década de 2010, durante a elaboração do Plano Nacional de Educação – PNE, foi enviado ao Legislativo o projeto de lei para a criação do novo PNE, já que o anterior havia expirado.

A elaboração do PNE é determinada pelo Art. 214 da Constituição Federal de 1988 de acordo os princípios fundamentais da educação brasileira. Sua regulamentação é determinada através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/1996 e cabe ao Governo Federal, em colaboração com Estados e Municípios, organizar o PNE, aprovado pela Lei nº 10.172, de 09/01/2001, com vigência decenal.

Constituído de vinte metas a serem cumpridas até 2020, o novo PME trazia em sua terceira meta a universalização do atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos elevando a taxa líquida de matrículas no ensino médio para oitenta e cinco por cento, nesta faixa etária. Um conjunto de doze estratégias foi elaborado para se atingir essa meta. A nona estratégia explodiu uma grande polêmica no Congresso Nacional movimentando as bancadas mais conservadoras da Câmara.

O texto versava: “Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão” (BRASIL, 2010).

Quando os termos “orientação sexual” e “identidade de gênero” foram usados nos debates acalorados e inflamados dos deputados, geralmente eles vinham acompanhados de ideias pré-concebidas. Por muitas vezes, reverberavam a expressão “ideologia de gênero” como se isso fosse um aparato ideológico criado por teorias defensoras de algo que ultrapassa o “masculino” e o “feminino”. Além disso, de acordo com os políticos, a tal “ideologia”, comparada ao “nazismo”, serviria para doutrinar crianças, destruindo os conceitos tradicionais de o que é família, especialmente aqueles fundamentados em princípios religiosos (REIS, EGGERT, 2017, p. 20).

Falas contrárias à diversidade foram propagadas à exaustão e ganharam impulso graças a essa ala conservadora do Congresso que difundiu informações equivocadas, velhos e novos preconceitos, desconhecimento cultural. Como bem apontou Reis e Eggert (2017):

Utilizou-se de desonestidade intelectual, formulando argumentos sem fundamentos científicos e replicando-os nas mídias sociais para serem engolidos e regurgitados pelos fiéis acríticos que os aceitam como verdades

inquestionáveis. Utilizou-se também de uma espécie de terrorismo moral, atribuindo o status de demônio às pessoas favoráveis ao respeito à igualdade de gênero e diversidade sexual na educação, além de intimidar profissionais de educação com notificações extrajudiciais com ameaça de processo contra quem ousasse abordar esses assuntos na sala de aula (p. 20).

Essa linha de pensamento criou uma névoa em torno do assunto jogando-o ao limbo dos assuntos a não serem discutidos. Quase quatro anos de tramitação desde que o PNE fora proposto pelo Executivo e, para ser aprovado, a discussão sobre diversidade sexual e de gênero precisou ser deixada de fora do grupo de metas referente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade. A tendência foi seguida por estados e municípios na elaboração de seus planos. Assim, a diversidade sexual e de gênero não foi legalmente contemplada.

Havia uma grande confusão, impulsionada, em parte, pela ignorância acerca do que é gênero. Naquele momento da conversa com a Secretaria, percebi que havia uma grande resistência da parte dela em compreender os porquês de querermos realizar uma pesquisa com aquela temática na escola “dela”:

Betty me perguntou o que eu queria com a minha pesquisa. [...] ela enfatizou sobre o que eu pretendia ao passar filmes com temática de diversidade sexual [...] disse não entender porque eu trabalharia respeito à diversidade sexual se eu era respeitado. Expliquei a pesquisa não era algo de âmbito pessoal, mas sim de um problema da nossa sociedade (NC 04/11/16).

E de fato, este é um problema muito grave. Ele mata. E isso é apontado pelos números. De acordo com o Relatório Anual da ONG Grupo Gay da Bahia, 343 pessoas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) foram assassinadas no Brasil em 2016 em decorrência da homofobia e da transfobia (GGB, 2016). Ainda de acordo com a própria ONG, até setembro de 2017, 277 pessoas haviam sido dizimadas tendo como motivação a homofobia e a transfobia.

O Brasil precisa discutir sexualidade e gênero e os motivos são apontados pelos números acima. É preciso entender as razões por trás destes números. Para tal, faz-se necessário compreender o que é gênero, porque tantos preconceitos advêm dele gerando um pânico moral na sociedade.

Judith Butler (2016) discorre acerca do que elementos constituem homens e mulheres, partindo da ideia da “performatividade”. Para ela, sexo e gênero não são categorias dissonantes, nem mesmo poderiam fazer parte de um referente binário. Um não existe

anteriormente em relação ao outro; na verdade, um é o outro, não havendo diferenciação, ambos fazendo parte de uma mesma sofisticada tecnologia que produz corpos sexuados circunscritos em uma matriz cultural inteligível.

Tal matriz, ou seja, a heterossexualidade compulsória como norma, precisa ser mantida e é nesse aspecto que entra o gênero. O papel do gênero é justamente criar a ilusão discursiva de que há uma regulação obrigatória da sexualidade na qual a heterossexualidade reprodutora está assegurada na oposição binária homem x mulher.

Segundo Butler (2016), o gênero é performativamente produzido e imposto para manter a coerência entre sexo, gênero e desejo, através da repetição de palavras, atos, gestos, signos, atuações que, além de produzirem um efeito de substância interna, também se circunscvem na superfície dos corpos reforçando a construção dos corpos masculinos e corpos femininos como são compreendidos pela matriz cultural inteligível.

Antes de nascer, o corpo está inscrito em um campo discursivo determinado. A ultrassonografia não só revela o sexo da criança, mas confere uma materialidade ao corpo, que até então não existia (BENTO, 2006), e toda uma “rede de desejos e expectativas para seu futuro [...] numa complexa rede de pressuposições sobre comportamentos, gostos e subjetividades”, todos ligados ao seu órgão genital (BENTO, 2011, p. 550).

Descobrir-se diferente do “normal” não é fácil para uma criança, que nasce circunscrita em um intrincado dispositivo discursivo cheio de expectativas materializadas em formas de roupas, cores, brinquedos, ditando como ela deverá ser, agir, falar, se comportar. A percepção de ser diferente aumenta na escola. A instituição escolar produz ainda mais diferenças, distinções, desigualdades (LOURO, 1997).

Quando chega à escola, a criança é rapidamente colocada em classificações e começa-se a produzir um corpo escolarizado distinguindo meninos e meninas, treinando seus sentidos, seus gestos, seus comportamentos, suas falas. E todo esse traço performativo produzido pela escola é tão sutil, tão rotineiro, tão cotidiano que o tomamos como “natural” (LOURO, 1997, p. 63). Tudo isso servindo para reafirmar e perpetuar a matriz cultural inteligível que tem a heterossexualidade compulsória como norma.

O que se observa no cotidiano é “o predomínio de atitudes e convenções sociais discriminatórias” (BARRETO *etal*, 2009, p. 9) por meio de discursos que privilegiam “determinadas vozes”. Estes discursos tentam impor seus preceitos e manter à margem

qualquer manifestação que destoe daquilo que é convencionalmente aceito. Neste sentido, quando as expressões corporais não se encaixam no referencial binário homem/mulher, são deixadas de lado do humano, pertencem ao domínio do desumanizado e do abjeto (BUTTLER, 2016).

Entende-se por “abjeto” aquilo que “foi expelido do corpo, descartado como excremento, tornado literalmente ‘Outro’”. Em outras palavras, toda construção envolve um grau de regularização mantenedora da ordem, cujo efeito é a produção do excluído. Compreender a abjeção é também entender como funcionam os mecanismos da homofobia, da transfobia e do sexismo. Repudiar corpos em função de seu sexo e/ou sexualidade é uma “expulsão” seguida por uma “repulsa” que fundamenta e consolida identidades culturalmente hegemônicas em eixos de diferenciação sexo/sexualidade (Butler, 2016, p. 230, 231). Pessoas estão morrendo em função de seu sexo e/ou sexualidade. Esta é a principal razão que a sexualidade e o gênero precisam ser discutidos desde a escola.

Neste momento, Ava foi convidada a participar da conversa e Betty acabou usando a estratégia do pânico moral, aliada a questões políticas:

Comentou que a população provavelmente comentaria que bastou um novo prefeito e uma nova Secretaria assumirem para iniciarem uma pesquisa sobre sexualidade com adolescentes. [...] perguntou como eualaria com os pais sobre o assunto. [...] ainda afirmou que, mesmo que eu conseguisse a adesão dos vinte e cinco pais, se cinco não concordasse, a fofoca já estaria pronta. Que esses cinco iriam espalhar pela cidade que uma pesquisa sobre sexualidade estava sendo feita com adolescentes. [...] Falou que temia pelo nome da Educação Municipal por ter um professor envolvido com “esse tipo” de pesquisa. (NC 04/11/16).

Senti-me bombardeado pelas colocações dela. A cada argumentação favorável minha, ela rebatia com duas ou três. E todas elas levando para o lado do pânico moral, do terrorismo, sempre envolvendo a futura Secretária e os possíveis futuros problemas que Ava e eu enfrentaríamos em permitir que uma pesquisa “desse tipo” fosse desenvolvida em uma escola municipal.

Quando nos propusemos a trabalhar com estratégias de ensino para promover o respeito à diversidade sexual e de gênero, imaginávamos que as principais barreiras viessem por partes dos pais. O medo era justificado diante do crescente ataque aos estudos de sexualidade e gênero erroneamente classificados como uma suposta “ideologia de gênero”. Esses ataques têm instaurando uma sensação de pânico moral, inclusive em nós.

Por pânico moral entende-se a reação de um grupo de pessoas baseada da compreensão equivocada ou tendenciosa de que o modo de agir de um determinado grupo, geralmente uma minoria que rompe com padrões normativos, além de perigoso, representa uma ameaça para a sociedade no seu todo. É um conceito da sociologia adotado por Stanley Cohen, em 1972, em seu estudo *Folk devils and moral panics*.

É uma estratégia normativa para reforçar os valores normativos e está calcada no medo:

O conceito de pânico moral permite lidar com processos sociais marcados pelo temor e pela pressão por mudança social. [...] O foco no ‘medo’ enfatiza como as reações a comportamentos não-convencionais não surgem sempre por meio de julgamentos realistas e ponderados a respeito das consequências coletivas de estilos de vida particulares (MISKOLCI, 2007, p. 112).

A simples ideia de trabalhar com sexualidade e gênero nas escolas causou um medo, gerado por esse pânico moral instaurado nas mídias. As vozes de líderes religiosos ou políticos conservadores falando sobre a desvalorização das famílias, a destruição das crianças e a demonização dos professores são facilmente ouvidas. Betty estava impregnada por esse pânico acerca de uma “suposta ameaça à ordem social ou a uma concepção idealizada de parte dela, ou seja, instituições históricas e variáveis, mas que detém um *status* valorizado como a família ou o casamento” (MISKOLCI, 2007, p. 112) e tentava disseminá-lo em nossa conversa.

Mas era preciso tentar romper com esse pânico moral e lembrar-se das palavras de Berenice Bento (2011, p. 555) ao apontar as angústias de uma criança que não se encaixa nos padrões normativos:

Imagine o sofrimento de uma criança que acorda, põe o uniforme da escola e, enquanto se prepara, pensa: “mais um dia em que terei que suportar aquele menino me chamando de veado; mais um dia em que terei que ficar o recreio inteiro sozinho porque ninguém gosta de brincar e ficar comigo”.

Após tantas colocações negativas, Ava concordou “que era uma pesquisa maravilhosa, que precisava mesmo ser feita, mas não gostaria que fosse desenvolvida no município” (NC 04/11/16). Por fim, acabou permitindo a assinatura com o compromisso de que encontrássemos outra escola para desenvolver a pesquisa.

Com isso em mente, tentamos desenvolver a pesquisa na escola estadual. Quem me recebeu foi minha a Coordenadora Pedagógica Marlene que, de imediato, ficou por ter a

chance da pesquisa, “pois, além de promover o respeito à diversidade, ainda seria de grande ajuda para as aulas de produção de texto e de gramática, já que os alunos produzirão crônicas” (NC 07/11/16). Ela apenas iria comunicar o diretor da escola por questões de rotina.

Dois dias depois, Marlon, o diretor, me recebeu nervosamente. Mal me acomodei em sua sala e ele foi bem direto.

Em poucas palavras, disse que eu não poderia realizar minha pesquisa naquela escola. Começou elencar os motivos. O principal deles se devia a um levantamento que ele fez acerca dos alunos evangélicos. [...] Afinal, segundo ele, os pais jamais autorizariam esse tipo de assunto (NC 10/11/16)

Essa fala começou a incomodar. Todos os que estavam em situação de poder afirmaram que os pais jamais autorizariam esse tipo de pesquisa. E a afirmação era feita sem que pudesse, ao menos, conversar com os pais. Os diretores, secretários e afins haviam decretado a opinião dos pais, sem que estes tivessem dito o que quer que seja.

Precisamos aguardar dois meses para tentarmos outra estratégia. Betty estava de volta à escola; Vivien não era mais nossa diretora; Ava assumiu o posto de Secretária Municipal de Educação. Falar sobre a pesquisa não havia surtido efeito. E se Betty lesse sobre a mesma? Uma cópia do projeto foi impressa e entregue à Betty pedindo que, antes de qualquer decisão definitiva, que ela lesse. Somente então voltaríamos a conversar.

O que marcou essa segunda conversa foram justamente as diferenças do tom. Se na primeira vez, Betty mostrou-se agressiva e na defensiva, agora ela se apresentava mais compreensiva. Por não estar em uma posição de poder tão evidente e por não estar na linha de frente caso ocorresse algum problema com a pesquisa, Betty até me assegurou que “pensaria em uma melhor forma para que eu pudesse desenvolver minha pesquisa” (NC 27/01/17).

A expectativa sobre o que seria essa “melhor forma” para desenvolver a pesquisa veio algumas semanas depois. Betty marcou uma reunião com os pais para tratar de assuntos referentes à formatura e aproveitaria o momento para falar com eles sobre a pesquisa.

E se minha apresentação não fosse boa o suficiente? E se os pais não autorizassem a realização da pesquisa? Lembrei-me das falas do diretor Marlon referente às famílias evangélicas. [...] Como eu conseguiria a anuência desses pais? (08/03/17)

Quando se trata de discussões sobre sexualidade e gênero em cidades pequenas do interior, temos em mente os apontamentos feitos por Ferrari e Barbosa (2014) sobre esses locais “onde a maioria das pessoas se conhece, e onde instituições como igrejas, família e

escola mantêm sua força discursiva e disciplinar” (p. 213). Tratar desses assuntos em uma cidade grande e cosmopolita é diferente da falar sobre isso em uma cidade pequena.

Como enfrentaríamos essa suposta barreira dos pais? Uma barreira que nunca tinha sido alvo de preocupação, mas diante de tantas negativas usando as relações parentais como justificativa, não tinha como não começar a acreditar que teríamos problemas. Mas era preciso tentar. No ano anterior, Betty afirmou que esse “tipo de pesquisa” não seria bem vinda. Era uma forma de silenciar. Mas como aponta Ferrari e Barbosa (2014) em seus estudos sobre sexualidade e cidades pequenas, “o silêncio é parte do discurso, de forma que romper com ele significa redirecionar a discussão” (p. 217).

Mas se a escola “é um lugar de alfabetização científica, de aprender sobre o mundo e de preparar-se para a vida”, agregando “novas competências em conexão com a vida em sociedade e com a política como construção do bem comum” (SEFFNER, PICCHETTI, 2016, p. 62), então me revesti de toda minha convicção e comecei a falar, quando fui convidado a tal. Ao me anunciar, Betty destacou o valor do corpo docente daquela escola, da qual eu faço parte.

Explicou o quanto ela estava orgulhosa de ter um professor da rede (o único) a cursar um mestrado e o quanto isso é enriquecedor para o quadro docente do município. Mas disse que eu precisaria da ajuda deles para desenvolver minha pesquisa e me chamou para explicar melhor. (NC 09/03/17)

Ao fazer essa introdução, Betty destacou o caráter transformador da educação. E isso me deu as forças necessárias para expor o trabalho para aqueles pais presentes. Comecei destacando casos conhecidos de violência contra pessoas LGBT. Comentei que o preconceito é gerado pelo medo e pela ignorância e que muitos pais deveriam abordar esse assunto com os filhos. Reforcei minha confiança que eles estão realizando um bom trabalho, mas que nem todos são assim.

Comentei um pouco sobre o fazer científico e como as pesquisas em ensino norteiam as práticas a serem desenvolvidas em outros locais. Expliquei os porquês da minha pesquisa e destaquei como é importante desenvolver estudos que poderão ajudar mais pessoas no futuro. No final, destaquei que, por serem menores de idade, eu precisaria da anuência dos pais para a participação dos filhos na pesquisa.

Qual não foi a surpresa quando, um a um, os pais se mostraram muito positivos com a pesquisa. Um das mães comentou “que é maravilhoso saber que ainda existem professores

preocupados em trabalhar o respeito em sala de aula e não só os conceitos da disciplina” (NC 09/03/17). Outra ainda apontou que estavam felizes com meu trabalho e teriam muito prazer em auxiliarem na minha pesquisa. Contrariando as falas pessimistas e desmotivadoras do ano anterior, todos os pais assinaram as autorizações, inclusive aqueles ligados às igrejas evangélicas mais tradicionais.

E assim, pudemos então tocar a pesquisa.

Considerações finais

É interessante notar que o medo inicial de que esses pais específicos não pudessem permitir a pesquisa era, na verdade, impulsionado por falas alheias. O acolhimento dos pais venceu o medo da Secretária e da Diretora.

É compreensível o medo de trabalhar com um assunto tão delicado como a sexualidade e gênero, especialmente em tempos de disseminação de factoides como a “ideologia de gênero” ou da criação de projetos como o “Escola sem Partido”.

Percebemos que, quando há um diálogo aberto e franco sobre o que realmente será discutido e não a perpetuação dos pânicos morais criados, os resultados podem ser positivos.

Referências

BARRETO, Andreia; ARAÚJO, Leila; PEREIRA, Maria Elisabete (Org.) **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília : SPM, 2009.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, ago. 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16.pdf>>.

BRASIL. Lei nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 20014. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm

_____. Projeto de Lei: aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em:
www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/PL/2010/msg701-101215.htm.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 11.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics: The Creation of Mods and Rockers**. London, MacGibbon & Kee, 1972.
em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em 03.01.18.

FERRARI, Anderson. **Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. Educação como exercício de diversidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, p. 351-368, 2007.

FERRARI, Anderson; BARBOSA, José Gabriel de Viveiros. **Homossexualidades masculinas e cidades pequenas**. Bagoas, n.11, p.211-236, 2014.

GRUPO GAY DA BAHIA – GGB. **Relatório 2016: assassinatos de LGBT no Brasil**. Salvador, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, historia e educação: construção e desconstrução**. Educação & Realidade. 20(2). 101-132. jul./dez. 1995.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MISKOLCI, Richard. **Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay**. Cad. Pagu [online]. 2007, n.28 [cited 2017-12-06], pp.101-128. Available from:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100006&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1809-4449.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332007000100006>.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. **Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros**. Educação e Sociedade, vol.38, n.138, pp.9-26. ISSN 0101-7330. Campinas, 2017.

SEFFNER, Fernando; PICCHETTI, Yara de Paula. **A quem tudo quer saber, nada se lhe diz: uma educação sem gênero e sem sexualidade é desejável?** Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 61-81. Jan./Abr. 2016. ISSN on-line, 1982-9949.